

V Jornada Brasileira de Sociologia

Dilemas, desafios e oportunidades nas sociedades democráticas.

Novembro, 2017, Pelotas/RS

GT 02 – Desregulamentação, flexibilização e novos desafios da questão laboral

Sindicalismo no Brasil: desafios atuais

Sindicalismo no Brasil: desafios atuais

Mariana Hansen Garcia¹

O presente artigo trata dos desafios do movimento sindical no Brasil, discutindo as transformações no mundo do trabalho e as consequências para os trabalhadores. Assim, debatemos a chamada “crise do sindicalismo”, que teve início nos anos 1990 e se estende até o período atual, passando por suas causas tanto as de âmbito interno de organização das entidades como aquelas ligadas às mudanças estruturais. Abordamos também as alterações legislativas recentes, como a “Lei das Terceirizações” a “Reforma Trabalhista” e o “fim do imposto sindical”. Tais mudanças trazem impacto direto para os sindicatos e os trabalhadores. Além disso, serão estudados dados da PNAD entre o período de 2003 e 2014 sobre o comportamento da taxa de sindicalização brasileira e alguns dados de 2014 do DIEESE sobre o processo de renovação de quadros dentro das entidades. De forma complementar, visamos também analisar quais fenômenos são específicos da realidade brasileira e quais tomam uma dimensão internacional, atrelados à determinada fase do capitalismo.

Palavras-chave: Sindicato; Taxa de sindicalização; Crise do sindicalismo

¹ Formada em Jornalismo pela PUCRS e em Ciências Econômicas pela UFRGS e mestranda em Sociologia pela UFRGS. Bolsista CAPES. E-mail: marianagarcia.h.g@gmail.com

Sindicalismo no Brasil: desafios atuais

Este texto está dividido em duas partes. Inicialmente, discutimos a chamada “crise do sindicalismo” tanto internamente como no âmbito internacional, para, através dessa breve retrospectiva, contextualizar o cenário do sindicalismo brasileiro atualmente. Também apresentamos algumas mudanças legislativas atuais e seus impactos para o sindicalismo. Em um segundo momento, analisamos o movimento da taxa de sindicalização brasileira entre 2003 e 2014 para assim analisar as mudanças no perfil dos trabalhadores filiados aos sindicatos.

Os primeiros sinais de “crise do sindicalismo” aparecem nos anos 1990 quando passa-se a viver sob o paradigma neoliberal, que irá afetar de forma estrutural a economia mundial e consequentemente o mercado de trabalho dos países. Assim, os anos 1990 ficam marcados como o período de reestruturação produtiva, financeirização da economia e flexibilização do mercado de trabalho. Nesta nova fase do capitalismo se espalham as políticas neoliberais que visam um enxugamento do Estado e uma maior atuação do mercado como regulador. As medidas para reestabelecer a lucratividade do capital envolvem uma reestruturação da produção e a redução de custos trabalhistas, através da flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho. As estratégias de redução dos custos trabalhista das empresas buscaram passar para os trabalhadores as inseguranças do mercado. Com isso, os trabalhadores passam a ser considerados colaboradores, parceiros das empresas, e logo suas condições de trabalho irão depender do desempenho da empresa. Krein (2001) irá definir essa relação como uma *cooperação forçada*, na qual a empresa visa “mobilizar as competências dos trabalhadores de forma cooperativa, oferecendo, em contrapartida, condições de trabalho até mesmo piores do que aquelas anteriormente praticadas” (KREIN, 2001, p.21).

Assim, a flexibilização das relações de trabalho faz com que os trabalhadores sofram ao mesmo tempo com as “desvantagens do trabalho autônomo (imprevisibilidade dos rendimentos) e as da subordinação (submissão ao contratante)” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Com a globalização estas mudanças tiveram impacto mundial, com maior ou menor intensidade em cada país. Tomikazi e Romabaldi (2009) posicionam como este processo foi encarado por alguns autores como o início do fim dos sindicatos e por outros como um momento de crise.

Essa transformação do funcionamento e da lógica capitalista levam à um processo denominado por Boltanski e Chiapello (2009) de dessindicalização.

“(…) as transformações do mundo do trabalho durante esse período não deixaram de provocar queixas ou indignação. Mas as instituições nas quais recaía tradicionalmente a tarefa de transformar a queixa - forma de expressão do descontentamento que ainda continua próxima da pessoa naquilo que ela tem de singular - em denúncia de caráter geral e em protesto público foram amplamente desqualificadas e/ou paralisadas”, (BOLTANSKI; CHIAPELLO, p.285, 2009).

Os autores mostram como a crítica ao capitalismo acabou por ser incorporada no próprio sistema, em um processo que contribuiu para a desorganização dos sindicatos entre outras instituições “consideradas opressivas, cujo caráter normativo e diretivo foi questionado e precisou flexibilizar-se”, (BOLTANSKI; CHIAPELLO, p.308, 2009). Dessa forma, nesse “novo espírito do capitalismo” características como autonomia e flexibilidade foram incorporadas como essenciais para os trabalhadores. Já os sindicatos, funcionavam sob outra lógica, da coletividade, do pertencimento ao trabalho. Tal contexto, nos ajuda em parte a compreender esse descompasso entre trabalhadores e sindicatos. Há uma diversificação de contratos e uma fragmentação espacial do trabalho. Neste período ocorre também uma redução do setor secundário com relação ao terciário, diminuição do peso na economia do setor industrial e aumento nos setores de serviços e comércio. (ESTANQUE, 2013).

No plano internacional a “crise do sindicalismo” aparece nos anos 1990, os sindicatos tiveram dificuldade em se adaptar à grande variedade de formas de inserção laboral e ao aumento da precarização do trabalho, o que acarretou em uma redução nas taxas de sindicalização e de greves (CARVALHO NETO, 2009).

No Brasil o impacto do neoliberalismo chega após um período de conquistas sociais do movimento trabalhista. O final dos anos 1970 e os anos 1980 foram caracterizados por uma intensa atuação sindical no Brasil. Naquele momento o chamado “novo Sindicalismo” ganhou força, foi marcado por uma ampliação das pautas sindicais para questões sociais que extrapolavam as relações de trabalho, com uma atuação combativa e diversas vitórias no campo social brasileiro. O período foi marcado por um grande número de greves e manifestações trabalhistas, além do surgimento da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores (RODRIGUES, 2015; ALVES, 2000; ANTUNES; SILVA, 2015)

Durante os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso as políticas neoliberais² são implementadas no Brasil, passando por um período de privatizações e de

² No final da década de 1980 e início dos anos 1990 os governos latino-americanos abandonaram os projetos desenvolvimentistas e passaram a adotar políticas macroeconômicas pregadas pelo Consenso de Washington. Entre os países que vestiram o receituário neoliberal podemos citar o México, no governo de Carlos Salinas que havia sido eleito em 88, a Argentina, com Carlos Menem, a Venezuela, com Carlos Andrés Perez, o Peru, com Alberto Fujimori, o Brasil no governo de Fernando Collor e, posteriormente, no governo de Fernando Henrique Cardoso. O Consenso de Washington é como ficou popularmente conhecido os encaminhamentos de uma reunião que aconteceu na capital dos Estados Unidos em 1989 - intitulada "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?" - e que visava discutir os rumos da América Latina. Participaram do encontro economistas de oito países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela,

abertura comercial. Concomitantemente, a reestruturação produtiva, com um processo de flexibilização da produção e das relações de trabalho, impactando diretamente o mundo do trabalho e o sindicalismo (RODRIGUES, 2015; ANTUNES, 2015). Somada às questões estruturais, os fenômenos mais recentes ligados à falta de identificação com as pautas e com a forma de organização sindical e a descrença nas formas tradicionais de representação, na qual estão incluídos os sindicatos também se apresentam como fatores relevantes para uma “crise do sindicalismo” (DRUCK, OLIVEIRA, JESUS, 2010; BRAGA, SANTANA, 2015).

Ao se falar da realidade brasileira alguns aspectos precisam ser ressaltados. A informalidade no Brasil sempre foi alta, chegando a representar mais da metade dos trabalhadores ocupados, assim, sempre se conviveu com formas de inserção precárias e não cobertas legalmente (DRUCK, OLIVEIRA, JESUS, 2010). Entretanto, como posicionam Druck, Oliveira e Jesus (2010) a partir dos anos 1990 se observa a intensificação da precarização do trabalho “há um processo que se instala econômica, social e politicamente, renovando e reconfigurando a precarização histórica e estrutural” (DRUCK, OLIVEIRA, JESUS, 2010)

Nos anos 2000, voltam à cena políticas chamadas de “desenvolvimentistas” e se observa um aumento do emprego e crescimento da formalização. Além disso, o Partido dos Trabalhadores se elege na Presidência, partido que têm origem sindical, com a eleição de Lula da Silva, ex-sindicalista metalúrgico do ABC Paulista. Se por um lado, isso representa uma maior abertura de espaço político no Estado dos sindicatos tradicionalmente ligados ao PT, por outro, limita, de certa forma, uma atuação mais combativa dessas entidades. O Estado passa novamente à um papel de destaque na negociação trabalhista, “Face a isso, prevaleceu, na CUT, a disposição em: participar e legitimar os novos espaços, atuar propositivamente nas políticas sociais, evitar críticas às ações do governo, emprestar seus quadros para participar da gestão.” (VERAS, 2015, P.553).

Para Veras (2015)

“a influência sindical sobre a regulação do trabalho, mesmo em um contexto favorável, esteve limitada por condicionantes institucionais e culturais (a estrutura sindical é organizada por categoria profissional e base territorial, o marco regulatório é de tipo legislado - pondo em segundo plano as negociações coletivas); as melhorias no mercado de trabalho conviveu, contraditoriamente, com a flexibilização das relações de trabalho, que continuou (não houve mudança global no marco legal;

Colômbia, Peru e Bolívia), representantes do FMI, do Banco Mundial, do BID, além do próprio governo norte-americano (BANDEIRA, 2002; BATISTA, 1994).

mudanças pontuais favoreceram a flexibilização; no cotidiano da produção estratégias flexibilizadoras seguiram sendo implementadas)”, (VERAS, 2015, P.554).

Antunes e Silva argumentam que desde os anos 1990, mas com maior intensidade nos anos 2000, há uma mudança do sindicalismo de confronto para o sindicalismo negocial no Brasil. Estanque (2013) utiliza conceitos similares para retratar a realidade nos países europeus ele irá falar de uma tensão entre o sindicalismo de classe/movimentos sociais para o sindicalismo de mercado – mais corporativo e institucional.

O crescimento das negociações coletivas também tem um duplo aspecto, para Antunes (2015) esse é um dos elementos representativos do caráter negocial que tomou o movimento sindical em detrimento da característica combativa de períodos anteriores. Em parte, Cardoso (2015) e Braga (2015) corroboram com esta visão ao posicionarem que os sindicatos perderam seu aspecto de mobilização das massas.

“A atuação institucional tem gerado um distanciamento entre a ação sindical de cúpula e as demandas dos trabalhadores, pois, em geral, quem participa desses espaços são as centrais sindicais. E não é comum, no caso da agenda institucional, serem convocadas assembleias ou criados outros espaços e mecanismos para saber a opinião dos trabalhadores em relação a questões presentes na pauta da negociação. Neste sentido, a participação em espaços institucionais poderia ser benéfica se o movimento sindical aproveitasse esse momento para mobilizar os trabalhadores, possibilitando-lhes participar dos assuntos neles debatidos e das possíveis tomadas de posição” (DRUCK, OLIVEIRA, JESUS, P.126, 2010).

Para Cardoso (2015) há dois elementos diferentes para compreender a conjuntura atual dos sindicatos, por um lado há o elemento político, estrutural, que afeta não apenas os sindicatos, mas também outros movimentos de esquerda e, por outro, há uma dimensão interna essa sim relacionada à lógica e à trajetória do movimento sindical brasileiro nas últimas décadas.

Uma das questões centrais discutidas é: como mensurar uma possível crise do sindicalismo? Há várias formas de considerar o poder sindical (CARDOSO, 2015), entre elas a mais difundida é a taxa de sindicalização. Mas a própria taxa de sindicalização pode ser medida de formas distintas, como, por exemplo, considerando ou não os aposentados, agregando ou não os trabalhadores informais, etc. (SILVA; KREIN, 2015). Além disso, o poder de mobilização, a quantidade ou a efetividade de greves, o número de negociações vitoriosas, o crescimento do total de entidades sindicais, são todos fatores que ajudam a compreender o panorama do movimento sindical. Ou seja, dependendo das variáveis analisadas podemos encontrar diferentes perspectivas com relação ao movimento sindical brasileiro, (SANTANA, 2015).

Cardoso (2015) chama atenção para alguns dados ao analisar a situação do sindicalismo brasileiro no século XXI. Ao mesmo tempo que o número de sindicatos cresce ano a ano, a porcentagem de filiados vêm sofrendo baixas, como será mostrado na segunda parte deste texto. Tanto Cardoso (2015) como Silva e Krein (2015) ressaltam como apesar da queda na filiação o período da primeira década dos anos 2000 teve um aumento no número de greves e foi positivo nas negociações coletivas.

Em meados da década atual observamos um período de crise econômica e política no país e de piora na situação do mercado de trabalho somada à uma redução das políticas públicas voltadas para a proteção do trabalhador (SANTANA, 2015). Neste cenário, o poder de influência e barganha dos sindicatos se reduz (VERAS, 2015).

O sindicalismo atualmente se depara com “novíssimos” desafios. A Lei das Terceirizações que tornou legal a terceirização de atividades-fim³, a Reforma Trabalhista e o fim do imposto sindical faz com que os sindicatos passem a atuar em um contexto ainda mais difícil. A Reforma Trabalhista irá impactar negativamente no sindicalismo permitindo que a negociação individual dos trabalhadores com os empregadores e as demissões não passem obrigatoriamente pelo sindicato, além disso serão permitidas representações dos trabalhadores independente dos sindicatos nas empresas. Há também uma questão controversa na Reforma: o fim do imposto sindical. A discussão em torno do imposto sindical é tão antiga quanto o próprio tributo. Não iremos aqui abordar de forma minuciosa a amplitude da questão. A própria CUT se posicionou historicamente desfavorável à contribuição sindical compulsória, pois permitia que os sindicatos existissem, se sustentassem sem nenhuma base nas suas categorias. Apesar disso, os sindicatos garantem parte significativa do seu orçamento vinda do imposto sindical. Sendo assim, será necessária uma nova estratégia de arrecadação para que os sindicatos continuem exercendo seus trabalhos junto à sua base.

Com relação ao trabalho terceirizado, desde princípio dos anos 1990, com o crescimento das terceirizações, o movimento sindical se posiciona contrário à essa relação de trabalho. A terceirização significava piores condições de trabalho e dificultava a ação sindical (VERAS, 2015). Além disso, se observava um processo de fragmentação da base dos sindicatos que fez com que estes tivessem que lidar com diferentes formas de inserção. Houve discussões internas em tradicionais entidades representativas e em Centrais sindicais sobre a incorporação dos trabalhadores terceirizados nos sindicatos, entretanto, hoje prevalece uma política de inserção

³ Antes era possível a terceirização apenas de atividades-meio

desses trabalhadores e “busca de igualdade de condições de trabalho, remuneração e benefícios” (VERAS, 2015, p.554). É importante ressaltar que a luta contra o processo de terceirização não é unânime entre os sindicatos, das seis centrais sindicais atuais no Brasil, a Força Sindical se posicionou favoravelmente à legalização das terceirizações de atividades-fim.

Mapeamento da sindicalização no Brasil

Estes dados fazem parte do meu trabalho de dissertação ainda em curso que trata da relação de jovens trabalhadores com o movimento sindical. Desta forma, fazemos agora uma breve análise dos dados que encontramos sobre filiação sindical. Os dados serão analisados através de um recorte etário, pois pensamos que assim é possível observar o processo de renovação (ou não renovação) dos sindicatos. A taxa de sindicalização é uma das formas possíveis de se medir a força dos sindicatos. Os dados utilizados foram extraídos dos microdados da PNAD entre 2003 e 2014 e dados da RAIS de 2006 e de 2015 e as tabelas foram elaboradas pela autora.

A sindicalização entre jovens possui taxas menores do que as dos adultos e isso se mantém em todo o período analisado. Em 2003 a diferença era de 10 pontos percentuais já em 2014 a diferença é de 7,7 pontos percentuais. Apesar dessa aproximação é importante observar que em números absolutos houve retração do número de sindicalizados entre jovens, já entre adultos houve um pequeno aumento, entretanto, como diminuiu o número absoluto de jovens ocupados e o número de adultos ocupados cresceu, na proporção ambas as taxas tiveram decréscimo da sindicalização.

Tabela - Número de sindicalizados entre jovens e adultos
Brasil 2003 - 2015

| | Jovens* sindicalizados | Adultos** sindicalizados |
|-------------|-------------------------------|---------------------------------|
| 2003 | 2.909.194 | 10.004.229 |
| 2004 | 3.172.044 | 10.689.470 |
| 2005 | 3.348.651 | 11.066.777 |
| 2006 | 3.424.638 | 11.538.728 |
| 2007 | 3.216.443 | 11.092.050 |
| 2008 | 3.396.739 | 11.816.536 |
| 2009 | 3.347.082 | 11.643.467 |
| 2011 | 3.175.619 | 11.547.960 |
| 2012 | 3.155.473 | 11.358.758 |
| 2013 | 2.688.379 | 11.266.498 |
| 2014 | 2.856.306 | 12.052.852 |

Fonte: PNAD (IBGE) *até 29 anos **acima de 30 anos

Tabela - taxa de sindicalização
Brasil 2003 - 2014

| | Jovens | Adultos |
|-------------|--------|---------|
| 2003 | 11,6 | 21,6 |
| 2004 | 12,0 | 21,7 |
| 2005 | 12,3 | 22,0 |
| 2006 | 12,5 | 22,0 |
| 2007 | 11,7 | 20,6 |
| 2008 | 12,0 | 21,0 |
| 2009 | 12,0 | 20,2 |
| 2011 | 11,5 | 19,2 |
| 2012 | 11,5 | 18,4 |
| 2013 | 10,1 | 17,8 |
| 2014 | 10,7 | 18,4 |

Fonte: PNAD (IBGE)

Tanto entre os jovens como entre os adultos houve declínio da sindicalização ao se considerar o início e o fim da série analisada. Além disso, há um comportamento bastante similar na variação da taxa de sindicalização, com crescimento entre 2003 e 2006, queda em 2007 e uma leve recuperação em 2008, seguida de queda em 2009 entre os adultos e em 2011 entre os jovens, sendo que no último ano estudado volta um leve crescimento tanto entre jovens como entre adultos. Em todas as faixas etária houve declínio da sindicalização, a faixa etária com maior declínio foi entre 18 e 24 anos.

Ao se analisar a sindicalização por setor econômico com dados da RAIS (que inclui apenas informações sobre os empregos formais) observamos declínio em todos os setores analisados no período. Este dado é importante para relacionar com os setores que apresentam maior crescimento na economia. Além disso, em 2015, o setor de serviços (57,9%) representava a maior porcentagem da sindicalização, seguido pela indústria (26,9). Além disso, os serviços veem ganhando espaço na sindicalização no período analisado junto com o da construção civil.

Tabela - Porcentagem da sindicalização por setor econômico

| Brasil 2015 e 2006 | |
|--------------------|------|
| 2006 | 2015 |

| | | |
|-------------------------|-------|--------|
| Indústria | 31,7 | 26,9 |
| Construção Civil | 4,4 | 5,6 |
| Comércio | 10,0 | 8,0 |
| Serviços | 50,4 | 57,9 |
| Agropecuária | 3,6 | 1,6 |
| Total | 100,0 | 100,00 |

Fonte: RAIS (MTE)

Tabela - Taxa de sindicalização (em empregos formais) em cada setor da economia
Brasil 2006-2015

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|-------------------------|------|------|-------|-------|-------|------|------|------|------|------|
| Indústria | 9,54 | 9,29 | 10,89 | 10,87 | 10,52 | 9,05 | 8,96 | 8,74 | 7,98 | 7,62 |
| Construção Civil | 6,83 | 7,63 | 9,68 | 9,16 | 7,62 | 6,66 | 6,27 | 5,72 | 5,60 | 5,35 |
| Comércio | 3,38 | 3,34 | 3,14 | 3,48 | 2,79 | 2,33 | 2,21 | 2,14 | 2,05 | 1,96 |
| Serviços | 5,70 | 5,40 | 6,52 | 6,61 | 6,08 | 5,57 | 5,62 | 5,45 | 5,23 | 5,14 |
| Agropecuária | 5,61 | 3,59 | 4,03 | 4,12 | 4,19 | 2,56 | 2,16 | 2,37 | 2,15 | 2,44 |

Fonte: RAIS (MTE)

Com relação a cor/raça, entre os jovens sindicalizados diminuiu a porcentagem de brancos e amarelos, e aumentou a taxa de sindicalizados entre os negros e pardos. O mesmo movimento ocorreu entre os adultos, entretanto, de forma menos acentuada.

Tabela - Sindicalização

| | Jovens | | Adultos | |
|-------------|----------|---------------|----------|---------------|
| | Brancos* | Não brancos** | Brancos* | Não brancos** |
| 2003 | 62,54 | 37,46 | 60,50 | 39,36 |
| 2004 | 60,96 | 39,04 | 59,55 | 40,33 |
| 2005 | 58,16 | 41,84 | 57,60 | 42,26 |
| 2006 | 57,62 | 42,38 | 57,53 | 42,18 |
| 2007 | 56,76 | 43,24 | 56,86 | 42,87 |
| 2008 | 54,85 | 45,15 | 55,68 | 44,07 |
| 2009 | 55,12 | 44,88 | 55,63 | 44,16 |
| 2011 | 53,87 | 46,13 | 54,60 | 45,02 |
| 2012 | 52,77 | 47,23 | 53,05 | 46,69 |
| 2013 | 53,26 | 46,74 | 52,84 | 46,88 |
| 2014 | 48,46 | 51,54 | 51,53 | 48,20 |

Fonte: PNAD (IBGE) *Brancos e amarelos **negros, pardos e indígenas

Através da interpretação dos dados é visível um processo de crescimento do número de mulheres filiadas aos sindicatos. A porcentagem de mulheres jovens sindicalizadas é bem similar a porcentagem de homens jovens sindicalizados, já a porcentagem de mulheres adultas

sindicalizadas é menor com relação à dos homens adultos sindicalizados. Entre os jovens a diferença na taxa de sindicalização chega no máximo a 1,5 pontos percentuais, sendo em 2012 e 2014 a taxa de sindicalização de mulheres jovens é superior à masculina. Já entre os adultos, a maior diferença é de 5,2 pontos percentuais em 2006 e a menor de 2 pontos percentuais em 2014.

Quando observamos a proporção de homens e mulheres associados é possível notar um aumento da participação relativa das mulheres, tanto entre os jovens como entre os adultos. Além disso, se observa que a diferença entre a porcentagem de homens e mulheres é menor entre os jovens.

| Tabela - Taxa de sindicalização de jovens e adultos, por sexo | | | | |
|--|---------------|-----------------|----------------|-----------------|
| Brasil 2003-2014 | | | | |
| | Jovens | | Adultos | |
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| 2003 | 11,9 | 11,2 | 23,3 | 18,8 |
| 2004 | 12,5 | 11,0 | 23,6 | 18,7 |
| 2005 | 12,7 | 11,6 | 24,0 | 18,9 |
| 2006 | 13,0 | 11,8 | 24,1 | 18,9 |
| 2007 | 12,2 | 10,9 | 22,4 | 18,0 |
| 2008 | 12,6 | 11,1 | 22,9 | 18,2 |
| 2009 | 12,3 | 11,5 | 22,2 | 17,4 |
| 2011 | 11,8 | 11,1 | 20,6 | 17,3 |
| 2012 | 11,2 | 11,8 | 19,7 | 16,4 |
| 2013 | 10,1 | 10,1 | 19,0 | 16,1 |
| 2014 | 10,5 | 11,0 | 19,3 | 17,3 |

Fonte: PNAD (IBGE)

| Tabela - Porcentagem de homens e mulheres sindicalizados, entre jovens e entre adultos | | | | | |
|---|------------------------------|-----------------|-------------------------------|-----------------|------|
| Brasil 2003-2014 | | | | | |
| | Jovens sindicalizados | | Adultos sindicalizados | | |
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | |
| 2003 | 60,2 | 39,8 | 2003 | 66,0 | 34,0 |
| 2004 | 64,3 | 35,7 | 2004 | 66,2 | 33,8 |
| 2005 | 61,8 | 38,2 | 2005 | 66,1 | 33,9 |
| 2006 | 61,7 | 38,3 | 2006 | 65,6 | 34,4 |
| 2007 | 61,8 | 38,2 | 2007 | 64,9 | 35,1 |

| | | | | | |
|-------------|------|------|-------------|------|------|
| 2008 | 62,4 | 37,6 | 2008 | 64,8 | 35,2 |
| 2009 | 60,6 | 39,4 | 2009 | 64,7 | 35,3 |
| 2011 | 60,0 | 40,0 | 2011 | 63,2 | 36,8 |
| 2012 | 57,3 | 42,7 | 2012 | 63,2 | 36,8 |
| 2013 | 58,3 | 41,7 | 2013 | 62,5 | 37,5 |
| 2014 | 57,3 | 42,7 | 2014 | 60,7 | 39,3 |

Fonte: PNAD (IBGE)

Em um primeiro olhar sobre estes dados observamos que o movimento de aumento relativo de mulheres e de não brancos associados à sindicatos parece ter mais força entre os jovens. Tais fenômenos podem representar uma maior inserção dos trabalhadores que historicamente sofrem mais com a precarização do trabalho. Desta forma, pode-se pensar em uma renovação de pautas e ações dos sindicatos. Ao mesmo tempo, uma maior filiação não significa necessariamente que estas pessoas estejam inseridas nos espaços de tomada de decisão dos sindicatos. Iremos agora apresentar dados sobre os dirigentes sindicais da CUT.

Na pesquisa do DIEESE (2015) sobre o perfil dos congressistas da CUT foram levantadas algumas informações sobre os sindicatos aos quais esses dirigentes fazem parte, o que os traz um panorama das entidades ligadas à CUT, a maior central sindical no país. Apesar da sindicalização feminina estar aumentando, quando se observa dados sobre a direção sindical as mulheres representam apenas 37,8% dos dirigentes e os homens 62,2%. Uma esmagadora participação de pessoas heterossexuais, representando 98,3% dos dirigentes sindicais, sendo apenas 1,1% homossexual e 0,6% bissexual. Com relação à etnia, a maioria dos dirigentes se autodeclara negro/preto (35,3%), 32,5% se considera branco e 28,9% pardos. A porcentagem de amarelos e indígenas é a mesma e bem pequena relativamente representando 1,7% cada.

Com relação ao processo de renovação dos sindicatos podemos os dados parecem apontar para uma preocupação dos sindicatos em trazer jovens para suas bases. Nas entidades de base dos dirigentes entrevistados em 20,7% há coletivo de jovens e em 17,7% há uma secretaria para jovens. Quase metade dos dirigentes (47,1 %) afirmaram que os sindicatos de base dos quais fazem parte possuem políticas ou ações voltadas para a inserção de jovens. Ao mesmo tempo, apenas 11,2% afirmaram que suas entidades de base têm cotas na diretoria para jovens. Para 41,5% dos dirigentes entrevistados há falta de interesse dos jovens em participar dos sindicatos e 35,3% afirmaram não haver interesse da entidade em promover atividade para jovens, 9,1% dos dirigentes posicionaram que os jovens não têm tempo para os sindicatos pois priorizam os estudos. Além disso, 16,8% posicionaram que não há um número de jovens representativo na categoria em que estão inseridos. A pesquisa ainda aponta que os jovens

representam apenas 10,9% dos dirigentes sindicais (de acordo com o critério da CUT de juventude que abarca até 35 anos de idade).

Considerações finais

Foram discutidas neste artigo questões mais gerais e amplas sobre o sindicalismo, tendo em mente que existem diversos fatores que afetam a sindicalização e, além disso, considerando que as ideologias e formas de atuação dentro do sindicalismo são múltiplas. Como abordado neste texto o sindicalismo vem enfrentando dificuldades desde os anos 1990 até hoje, tanto no Brasil como internacionalmente. A precarização das condições de trabalho fruto de um processo de flexibilização, a segmentação dos trabalhadores e a fragmentação dos sindicatos trazem diversos desafios para o movimento sindical. No caso brasileiro esse contexto vem somado à uma legislação que esta se tornando ainda mais flexível e o enfrentamento de uma crise econômica e política na qual os sindicatos perdem seu poder de barganha e de atuação. Junto à isso se observa uma dificuldade de renovação da filiação sindical e dos quadros sindicais.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. DO “NOVO SINDICALISMO” À “CONCERTAÇÃO SOCIAL”ASCENSÃO (E CRISE) DO SINDICALISMO NO BRASIL (1978-1998). In: Revista de Sociologia Política, Curitiba, p. 111-124, nov. 2000.

ANTUNES,Ricardo. SILVA, Jair. PARA ONDE FORAM OS SINDICATOS? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. Caderno CRH, Salvador, v..28, n.75, Set./Dez. 2015

BOLTANSKI, Luc. CHIAPELLO, Ève. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martinsfontes, 2009.

BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. DINÂMICAS DA AÇÃO COLETIVA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. Caderno CRH, Salvador, v..28, n.75, p.529-544, Set./Dez. 2015

CARVALHO NETO, Antonio. A reforma da estrutura sindical brasileira: pressupostos mais do que necessários. Ensaios sobre os sindicatos e reforma no Brasil. Orgs: HORN, Carlos Henrique. SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da. São Paulo: LTE, 2009.

CUT. Juventude, mercado de trabalho e sindicalismo / Secretaria Nacional de Formação, Secretaria Nacional da Juventude. – São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2013.

DIEESE, 2014. Perfil das/dos Dirigentes da CUT. Disponível em:
<http://cut.org.br/system/uploads/ck/files/migracao/acoes-20afirmativas-20-20dirigentes-20da-20cut.pdf>

DRUCK, G. ; OLIVEIRA, L.P.; JESUS. S. A precarização social do trabalho no Brasil: o caso da vulnerabilidade dos jovens e dos sindicatos. In: BRAGA, T.; VIDAL, F. NEVES, L. (Org.) **Trabalho em questão**. Salvador: SEI, 2010. p.103 - 129. (Série estudos e pesquisas, 86)

ESTANQUE, Elísio. Crise, Estado social e desafios do sindicalismo. Breve reflexão sobre a Europa. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 23-37, abr./jun. 2013. Editora UFPR

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Densidade sindical e recomposição da classe trabalhadora no Brasil. FPA Comunica. 03 junho 2013.

RODRIGUES, Iram Jacomé. TRABALHADORES E SINDICALISMO NO BRASIL: para onde foram os sindicatos? 2015

SANTANA, Marco Aurélio. PARA ONDE FORAM OS SINDICATOS? Caderno CRH, Salvador, v..28, n.75, Set./Dez. 2015

SILVA, Pedro Henrique de Alcântara. KREIN, José Dari. Comportamento da taxa de sindicalização nos governos do PT. Anais XIV Encontro Nacional da ABET: Campinas, 2015.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho. O Reconhecimento das Centrais Sindicais e a criação de sindicatos no Brasil: antes e depois da Constituição de 1988. In: *Ensaio sobre sindicatos e reforma sindical no Brasil*. Orgs: HORN, Carlos Henrique. SILVA, Sayonara Grillo Coutinho. São Paulo: LTr, 2009.

TOMIKAZI, Kimi. ROMBALDI, Maurício. Construindo a legitimidade: reflexões sobre as transformações das práticas de militância no movimento sindical. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 93-112, maio/ago. 2009.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. SINDICALISMO E TERCEIRIZAÇÃO NO BRASIL: pontos para reflexão. *Caderno CRH*, Salvador, v..28, n.75, Set./Dez. 2015